

Investigação Científica nas Ciências Humanas 3

Marcelo Máximo Purificação
(Organizador)

Atena
Editora
Ano 2019

Investigação Científica nas Ciências Humanas 3

Marcelo Máximo Purificação
(Organizador)

 **Atena**
Editora
Ano 2019

2019 by Atena Editora
Copyright © Atena Editora
Copyright do Texto © 2019 Os Autores
Copyright da Edição © 2019 Atena Editora
Editora Chefe: Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira
Diagramação: Geraldo Alves
Edição de Arte: Lorena Prestes
Revisão: Os Autores



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição Creative Commons. Atribuição 4.0 Internacional (CC BY 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores. Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Conselho Editorial

Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Profª Drª Adriana Demite Stephani – Universidade Federal do Tocantins
Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Constantino Ribeiro de Oliveira Junior – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia
Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Faria – Universidade Estácio de Sá
Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima
Prof. Dr. Fabiano Tadeu Grazioli – Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Keyla Christina Almeida Portela – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Universidade Federal do Maranhão
Profª Drª Miranilde Oliveira Neves – Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Sandra Regina Gardacho Pietrobon – Universidade Estadual do Centro-Oeste
Profª Drª Sheila Marta Carregosa Rocha – Universidade do Estado da Bahia
Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Ciências Agrárias e Multidisciplinar

Prof. Dr. Alan Mario Zuffo – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Darllan Collins da Cunha e Silva – Universidade Estadual Paulista
Profª Drª Diocléa Almeida Seabra Silva – Universidade Federal Rural da Amazônia
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof. Dr. Jorge González Aguilera – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Júlio César Ribeiro – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

Ciências Biológicas e da Saúde

Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás
Prof. Dr. Edson da Silva – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
Profª Drª Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Profª Drª Magnólia de Araújo Campos – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federaci do Rio Grande do Norte
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

Ciências Exatas e da Terra e Engenharias

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto
Prof. Dr. Alexandre Leite dos Santos Silva – Universidade Federal do Piauí
Profª Drª Carmen Lúcia Voigt – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará
Prof. Dr. Juliano Carlo Rufino de Freitas – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Neiva Maria de Almeida – Universidade Federal da Paraíba
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)	
162	<p>Investigação científica nas ciências humanas 3 [recurso eletrônico] / Organizador Marcelo Máximo Purificação. – Ponta Grossa, PR: Atena Editora, 2019. – (Investigação Científica nas Ciências Humanas; v. 3)</p> <p>Formato: PDF Requisitos de sistemas: Adobe Acrobat Reader Modo de acesso: World Wide Web Inclui bibliografia ISBN 978-85-7247-718-5 DOI 10.22533/at.ed.185191710</p> <p>1. Ciências humanas. 2. Investigação científica. 3. Pesquisa social. I. Purificação, Marcelo Máximo. II. Série.</p> <p style="text-align: right;">CDD 300.72</p>
Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422	

Atena Editora
Ponta Grossa – Paraná - Brasil
www.atenaeditora.com.br
contato@atenaeditora.com.br

APRESENTAÇÃO

O livro *Investigação Científica nas Ciências Humanas e Sociais Aplicadas 3*, tem por objetivo alargar o diálogo entre pesquisadores e difundir trabalhos desenvolvidos nessas áreas do conhecimento.

Uma obra constituída de 29 artigos, de autores e instituições de diferentes regiões do país que abordam temas diversos e perpassam com maestria importantes discussões das Ciências Humanas e Sociais Aplicadas.

Nesse sentido, este livro está organizado em duas seções. A primeira composta por 15 artigos que versam sobre as Ciências Humanas estabelecendo liames com temas como: arte, didática, ensino, formação de professores, política educacionais, evasão escolar, fracasso escolar, entre outros.

A segunda seção composta por 14 artigos, estabelece uma relação dialógica com temas interdisciplinares discutidos a partir da lupa das Ciências Sociais Aplicadas e das condições humanas na perspectiva social, a saber: instituições sociais, organizações, inclusão social, desenvolvimento sustentável, bem-estar, tecnologias, dentre outros.

Nos artigos desta coletânea, o leitor poderá identificar que os autores lançam diferentes olhares sobre temas que são amplamente discutidos nas Ciências Humanas e Sociais Aplicadas, numa linguagem acessível, deixando perceber o gosto e o valor da atitude de pesquisar.

Esperamos que a aproximação das temáticas dos artigos com os contextos sociais e com as relações do cotidiano, possa inspirar você leitor/a à reflexão, no intuito de compreender seus contextos, (inter)agir sobre os mesmos.

Uma excelente leitura!

Marcelo Máximo Purificação

SUMÁRIO

PARTE I – CIÊNCIAS HUMANAS

CAPÍTULO 1	1
A ARTE NÃO TRADUZ O VISÍVEL, MAS TORNA VISÍVEL	
Aline do Carmo	
DOI 10.22533/at.ed.1851917101	
CAPÍTULO 2	13
A DIDÁTICA DESENVOLVIDA NA FORMAÇÃO INICIAL DE PROFESSORES DE EDUCAÇÃO INFANTIL, CONTRIBUI PARA A QUALIFICAÇÃO DO ENSINO DE CIÊNCIAS	
Leandro Moreira Maciel Maria Laura Brenner de Moraes	
DOI 10.22533/at.ed.1851917102	
CAPÍTULO 3	22
A IMPORTÂNCIA DA PEDAGOGIA HOSPITALAR PARA ALUNOS EM TRATAMENTO INTENSIVO	
Julia Pereira Luciane Madeira Motta Tavares Terezinha Richartz	
DOI 10.22533/at.ed.1851917103	
CAPÍTULO 4	33
A MÚSICA COMO INSTRUMENTO DE IDENTIFICAÇÃO E INTERVENÇÃO EM CONFLITOS EMOCIONAIS DE CRIANÇAS HOSPITALIZADAS	
Manfred Toninger Andreia Cristiane Silva Wiezzel	
DOI 10.22533/at.ed.1851917104	
CAPÍTULO 5	45
ANOS INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL: A IMPORTÂNCIA DAS PRÁTICAS COM A LITERATURA INFANTIL PARA A FORMAÇÃO DO LEITOR LITERÁRIO NA PERSPECTIVA DO LETRAMENTO	
Ana Carolina Batista Gisele Kühn Haddad João Derli de Souza Santos	
DOI 10.22533/at.ed.1851917105	
CAPÍTULO 6	57
ESTUDO SOBRE ERGONOMIA APLICADA AO DESIGN DE VESTUÁRIO DE CRIANÇAS COM DIFICULDADE SENSORIAL	
Raysa Ruschel Soares Lívia Accioly Menezes da Silva	
DOI 10.22533/at.ed.1851917106	

CAPÍTULO 7	63
EVASÃO ESCOLAR: CAUSAS E CONSEQUÊNCIAS NA ESCOLA JOSÉ PIO DE SANTANA IPAMERI GOIÁS (2016)	
Maira Aparecida Brandão de Freitas Marilena Julimar Fernandes	
DOI 10.22533/at.ed.1851917107	
CAPÍTULO 8	82
EVASÃO NO ENSINO TÉCNICO DE NÍVEL MÉDIO INTEGRADO: UM MAPEAMENTO DA PRODUÇÃO ACADÊMICA	
Débora da Costa Pereira Fábio André Hahn Marcos Clair Bovo	
DOI 10.22533/at.ed.1851917108	
CAPÍTULO 9	96
LETRAMENTO DIGITAL NA BNCC: CULTURA VIRTUAL NAS PRÁTICAS DE ENSINO E APRENDIZAGEM	
Amanda de Jesus Oliveira Santos Xavier Luciana Nogueira da Silva	
DOI 10.22533/at.ed.1851917109	
CAPÍTULO 10	106
O SUJEITO E O OBJETO DO FRACASSO ESCOLAR: CULPA DE MUITOS, RESPONSABILIDADE DE POUCOS	
Débora Nogueira de Moraes	
DOI 10.22533/at.ed.18519171010	
CAPÍTULO 11	117
O TRATAMENTO DADO PELAS ESCOLAS AOS ALUNOS ORIUNDOS DE FAMÍLIAS HOMOAFETIVAS	
Camila Aparecida Tavares Terezinha Richartz	
DOI 10.22533/at.ed.18519171011	
CAPÍTULO 12	127
PROMOVENDO O EMPODERAMENTO DA LÍNGUA INGLESA E DAS TECNOLOGIAS NA EDUCAÇÃO BÁSICA	
Albene Cássia Dantas Gama Teixeira	
DOI 10.22533/at.ed.18519171012	
CAPÍTULO 13	133
SEMIÓTICA DISCURSIVA NA ANÁLISE DE UM CARTAZ DO VESTIBULAR DA UEG: A QUESTÃO DO SENTIDO	
Jorge Lucas Marcelo dos Santos Maria Eugênia Curado	
DOI 10.22533/at.ed.18519171013	

CAPÍTULO 14	146
UTILIZAÇÃO DE MATERIAL MANIPULÁVEL NO ENSINO DE PRISMAS RETOS	
Nayara Borges de Oliveira Corrêa	
Rosemeire Terezinha da Silva	
Robson Lopes Cardoso	
DOI 10.22533/at.ed.18519171014	
CAPÍTULO 15	157
AS MÚLTIPLAS POSSIBILIDADES QUE SE ABREM NO ATO DE EDUCAR COM A UTILIZAÇÃO DA METODOLOGIAS ATIVAS	
Lucimara Glap	
Luiz Edemir Taborda	
Luana Eveline Tramontin	
Sani de Carvalho Rutz da Silva	
Antonio Carlos Frasson	
DOI 10.22533/at.ed.18519171015	
PARTE II – CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS	
CAPÍTULO 16	166
A GRAMÁTICA EMOCIONAL DO ENVELHECIMENTO E AS DISPOSIÇÕES SOCIAIS DOS IDOSOS INSTITUCIONALIZADOS	
Angela Elizabeth Ferreira de Assis	
DOI 10.22533/at.ed.18519171016	
CAPÍTULO 17	179
A IMPORTÂNCIA DA TERAPIA ASSISTIDA POR ANIMAIS NA MELHORA DA AUTOESTIMA DA CRIANÇA HOSPITALIZADA COM CÂNCER	
Daniele Taina de Melo França	
Luís Sérgio Sardinha	
Valdir de Aquino Lemos	
DOI 10.22533/at.ed.18519171017	
CAPÍTULO 18	199
A IMPORTÂNCIA DO BIG DATA NAS ORGANIZAÇÕES	
Yasmin Teles Dos Santos	
Elisabete Tomomi Kowata	
DOI 10.22533/at.ed.18519171018	
CAPÍTULO 19	206
A OBSERVAÇÃO RELACIONAL COMO TÉCNICA DE PESQUISA SOCIAL	
Nildo Viana	
DOI 10.22533/at.ed.18519171019	
CAPÍTULO 20	219
AS CONCEPÇÕES DE ALMA EM AVICENA E O QUE SE SUCEDE DO “EXPERIMENTO MENTAL DO HOMEM SUSPENSO NO AR”	
Jonathan Alvarenga	
DOI 10.22533/at.ed.18519171020	

CAPÍTULO 21	230
AVALIAÇÃO DA QUALIDADE DE VIDA EM PACIENTES COM HANSENÍASE E PERCEPÇÕES DE SEUS FAMILIARES	
Luana Nepomuceno Gondim Costa Lima Carina Cavalcanti Nogueira Lopez	
DOI 10.22533/at.ed.18519171021	
CAPÍTULO 22	239
DIREITO E ARTE: A PERFORMANCE <i>RHYTHM 0</i> DE MARINA ABRAMOVIC E O PRINCÍPIO DA INDISPONIBILIDADE DA VIDA	
Yohana Rocha	
DOI 10.22533/at.ed.18519171022	
CAPÍTULO 23	251
INTERFACES ENTRE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E TURISMO SOCIAL – O CASO DO FESTIVAL ROTA DOS SABORES EM CORONEL FABRICIANO (MG)	
Betinna Almeida de Tassis	
DOI 10.22533/at.ed.18519171023	
CAPÍTULO 24	258
LEMBRANÇAS DE DONA ZITA: UMA PESQUISA DE HISTÓRIA DE VIDA	
Hélio Fernando Lôbo Nogueira da Gama	
DOI 10.22533/at.ed.18519171024	
CAPÍTULO 25	270
MEMÓRIAS DOS ADULTOS DA COMUNIDADE QUILOMBOLA SAGRADO CORAÇÃO DE JESUS RIO GENIPAÚBA ABAETETUBA PARÁ: MOTIVOS QUE CULMINARAM PARA INTERRUPTÃO DOS ESTUDOS NO PASSADO E PERSPECTIVAS DE RETORNO NO PRESENTE	
Thiago Maciel Vilhena Raiane Ribeiro Cardoso Francilene Farias Valente Ana Marcia Gonzaga Rocha Marlea de Nazaré Sobrinho Costa Holdamir Martins Gomes	
DOI 10.22533/at.ed.18519171025	
CAPÍTULO 26	283
O CONCEITO DE IDEOLOGIA NAS HISTÓRIAS EM QUADRINHOS	
Abigail Ferreira Campos	
DOI 10.22533/at.ed.18519171026	
CAPÍTULO 27	291
O USO DA ENTREVISTA COMO TÉCNICA DE COLETA DE DADOS EM DISSERTAÇÕES DA ENFERMAGEM	
Cristiane Lopes Amarijo Aline Belletti Figueira Alex Sandra Ávila Minasi	
DOI 10.22533/at.ed.18519171027	

CAPÍTULO 28	299
PROJETAR PARA O BEM-ESTAR: BREVE ANÁLISE DA RELAÇÃO DAS PESSOAS COM OS BENS MATERIAIS	
Maria Carolina Frohlich Fillmann Ulisses Filemon Leite Caetano Jéssica Collet	
DOI 10.22533/at.ed.18519171028	
CAPÍTULO 29	317
REFLEXÕES SOBRE O CONSUMO DE ARTESANATO NA INTERNET	
Nicole Rochele Cardoso Brancher	
DOI 10.22533/at.ed.18519171029	
SOBRE O ORGANIZADOR	329
ÍNDICE REMISSIVO	330

O TRATAMENTO DADO PELAS ESCOLAS AOS ALUNOS ORIUNDOS DE FAMÍLIAS HOMOAFETIVAS

Camila Aparecida Tavares

Grupo Educacional UNIS

Varginha - MG

Terezinha Richartz

Grupo Educacional UNIS

Varginha - MG

RESUMO: O conceito de família passa por consideráveis transformações ao longo dos anos devido à evolução da sociedade, não se bastando tão somente, aos laços consanguíneos. A prática da adoção de filhos cresce na mesma proporção em que há uma reconfiguração no núcleo familiar, embora ainda se observe preferência, durante o processo, pelos núcleos heteronormativos. O objetivo desta pesquisa é analisar o tratamento dado pelas escolas aos alunos oriundos de famílias homoafetivas, justificando-se pela falta de estratégias e argumentos para se trabalhar com o que ainda é visto como diferente, apesar de a educação ser um direito assegurado e sem restrições. O estudo bibliográfico fundamenta-se em princípios teóricos pautados em leis e, especialmente, no Plano Nacional de Educação (PNE), que garante a inclusão e o atendimento à diversidade humana. Do mesmo modo, considera-se estudiosos e pesquisadores da área, face à uma abordagem esclarecedora para novas e melhores formas de trabalho com tais

alunos, que não devem sofrer nenhum tipo de discriminação. Cabendo à escola, ter um olhar atento para se evitar a prática de bullying e a exclusão direta ou indireta do aluno em razão de sua estruturação familiar.

PALAVRAS CHAVE: Estrutura familiar. Famílias homoafetivas. Direito a educação. Escola.

THE TREATMENT GIVEN BY SCHOOLS TO STUDENTS FROM HOMOFEUTIVE FAMILIES

ABSTRACT: The concept of the family undergoes considerable transformations over the years due to the evolution of society, and not being enough only the consanguineous ties. The practice of children adoption grows in the same proportion as the reconfiguration in the family nucleus. although there is still a preference, during the process, for heteronormative nucleus. The objective of this research is to analyze the treatment given by schools to students from homoffective families, justified by the lack of strategies and arguments to work with what is still seen as different, although education is an assured right and without restrictions. The bibliographic study is based on theoretical principles based on laws and especially on the National Education Plan (PNE), which guarantees the inclusion and attendance to human diversity. Likewise, scholars and

researchers in the area are considered, in view of an enlightening approach to new and better ways of working with such students, who should not suffer any kind of discrimination. Being in charge of the school, to have a close look to avoid the practice of bullying and the direct or indirect exclusion of the student due to its family structure. **KEYWORDS:**Family structure. Homoaffectivefamilies. Righttoeducation. School.

1 | INTRODUÇÃO

Ao tratarmos da prática de adoção, observamos que as famílias homoafetivas encontram mais dificuldade no decorrer do processo, às heteronormativas, uma vez que estamos inseridos em uma sociedade ainda preconceituosa. O modelo de família tradicional instituído e difundido pela Constituição Federal de 1988 é o heteronormativo. No entanto, mudanças ocorridas na sociedade mostram que as famílias homoafetivas buscam o seu espaço.

A intolerância social se reflete em muitos campos, inclusive nas instituições de ensino, que comprovam dificuldade em lidar com o que se difere dos padrões.

Neste contexto, analisa-se como deveria ser o tratamento dado pelas escolas aos alunos oriundos de famílias homoafetivas, fundamentado no PNE, e as estratégias utilizadas para tratar o que a sociedade ainda considera diferente, de modo a amenizar ou extinguir as práticas de bullying e a exclusão direta ou indireta dos alunos devido à sua organização familiar. Logo, discorre-se sobre diferentes técnicas e argumentos para se trabalhar com a diversidade de forma afetuosa, respeitosa e inclusiva, já que é evidente a importância das relações afetivas para o desenvolvimento do indivíduo; proporcionando aos profissionais da área, maior compreensão sobre o assunto.

Através de embasamento teórico para esta pesquisa, acredita-se no esclarecimento de muitas incógnitas sobre o tratamento que os alunos em questão, recebem e o que deveriam, por direito, receber.

2 | A INSTITUIÇÃO FAMÍLIA

A Constituição Federal de 1988, dispõe em seu Artigo 226 sobre a estruturação da família e firma compromisso com a sua segurança e proteção.

A família, base da sociedade, tem especial proteção do Estado. (EC nº 66/2010)

§ 1º O casamento é civil e gratuita a celebração.

§ 2º O casamento religioso tem efeito civil, nos termos da lei. Da Ordem Social 131 § 3º Para efeito da proteção do Estado, é reconhecida a união estável entre o homem e a mulher como entidade familiar, devendo a lei facilitar sua conversão em casamento.

§ 4º Entende-se, também, como entidade familiar a comunidade formada por qualquer dos pais e seus descendentes.

§ 5º Os direitos e deveres referentes à sociedade conjugal são exercidos igualmente pelo homem e pela mulher.

Para tanto, o casamento, a união estável e a família monoparental, são exemplos de entidades familiares previstas na Constituição Federal, no artigo 226. Contudo, surgem as novas configurações a serem consideradas:

Hoje, pode-se dizer que o elemento da consanguinidade deixou de ser fundamental para a constituição da família. [...], a doutrina e a jurisprudência vem aumentando o rol das modalidades de família, já sendo aceitas por alguns juristas outras formas, tais como a homoafetiva, a anaparental [...] (BAPTISTA, 2014 apud LIMA, 2018, p.4)

Ainda nesse prisma, Lima (2018), ressalta sobre as entidades familiares não previstas na constituição: **Família homoafetiva**: caracterizada pela união afetiva entre pessoas do mesmo sexo. **União estável homoafetiva**: formação entre pessoas do mesmo sexo reconhecida pela Constituição, possuindo fatores facilitadores para conversão em casamento.

Porém, vale lembrar que o conceito de família passa por várias transformações durante décadas. Com a industrialização, há uma conseqüente urbanização e, com ela, os movimentos de emancipação das mulheres e as reformas sociais, resultando nas configurações familiares, quando não mais se prioriza laços consanguíneos e casamento formal como exclusivas possibilidades de instituição.

Os casais homossexuais constituem uma relação de afetividade, originando um conceito de família e são respaldados pela União Estável, que é um conceito de entidade familiar reconhecido pela Constituição Federal. Podendo-se declarar união estável, pessoas que tenham uma relação duradoura e, declarada publicamente, cujo objetivo seja constituir uma família. “A união estável pode ser feita por um **casal formado por parceiros do mesmo sexo**. Solicitá-la é forma de garantir que os dois tenham segurança judicial e proteção em âmbito patrimonial.” (ORTEGA, 2017, p.2)

Sobre o casamento homoafetivo, “No ano de 2012, o Superior Tribunal de Justiça (STJ), no julgamento do REsp 1.183.378, evocou os princípios constitucionais e decidiu pela legalidade e constitucionalidade do casamento direto de casais homossexuais e não apenas por conversão da união estável.” (LIMA,2018, p.5)

A respeito da família **anaparental**, temos a seguinte definição:

[...] pessoas que convivem em uma mesma estrutura organizacional e psicológica visando a objetivos comuns, sem que haja a presença de alguém que ocupe a posição de ascendente. Têm-se como exemplos dois irmãos que vivem juntos ou duas amigas idosas que decidem compartilhar a vida até o dia de sua morte. (BAPTISTA, 2014 apud LIMA, 2018, p. 6).

Famílias reconstruídas ou recompostas são constituídas por pessoas divorciadas e com filhos que se unem para reconstruir uma família, dando origem a esse conceito. Já a **família unipessoal**, é formada por uma só pessoa que opta em passar a vida

sozinha.

Salienta-se que o título “família” pertence aos indivíduos que se relacionam com amor e afeto, independentemente de sua fundamentação familiar, merecendo, assim, a proteção do estado.

2.1 Constituição de família por adoção

Em sua definição jurídica, adoção é o “processo legal que consiste no ato de se aceitar espontaneamente como filho de determinada pessoa, desde que respeitadas as condições jurídicas para tal.” (CATEGORIA..., 2019, p. 1).

E quando falamos de adoção de crianças e adolescentes, uma série de fatores precisam ser levantados e levados em conta, a começar pela afetividade, que é papel fundamental na constituição de uma família. Fatores como idoneidade moral, condição financeira e psicológica de garantir o necessário para o desenvolvimento do adotado também são características fundamentais.

O Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), em seu Art. 43, dispõe que: “A adoção será deferida quando apresentar reais vantagens para o adotando e fundar-se em motivos legítimos.” (BRASIL, 1990). Ou seja, os casais que oferecem as características essenciais para o desenvolvimento e crescimento do adotando e dispõem de motivos considerados legítimos, podem adotar. O documento em nenhum momento menciona sobre indeferimento da adoção por questões relacionadas à opção sexual do adotante. Ricci, em seu discurso afirma que:

[...] a adoção é um meio de dar afeto àqueles que não recebem, dar amor àqueles que foram abandonados. Assim, não existe razão para uma criança ou um adolescente serem privados da possibilidade de ter uma família única e exclusivamente pela orientação sexual de alguém. É muito mais vantajoso para o adotando viver em um lar estável, com pessoas dispostas a dar educação e afeto, do que viver em abrigos ou mesmo nas ruas. (RICCI, 2014, p. 2)

O Estatuto da Criança e do Adolescente se preocupa em dar condições adequadas de vida aos adotados, por isso com o devido amparo legal, faz tais exigências. Logo, goza das garantias propícias ao desenvolvimento do amparado e, atendidas as exigências judiciais, um casal homoafetivo não tem impedimento legal de adotar.

3 | CONSTRUÇÃO DO GÊNERO

As definições de gênero partem de configurações binárias homem e mulher, que são determinadas pela sociedade e se apresentam de forma universal e, em um ambiente coercitivo, as pessoas são induzidas a buscar sua orientação de acordo com o sexo biológico. Desde cedo, as crianças são estimuladas a desenvolver algum tipo de comportamento de acordo com as imposições, costumes e rotinas sociais,

quando, então, colocadas à prova com seus sentimentos, gostos e vontades.

Butler afirma em seu discurso que, ter seu corpo situado em uma determinada anatomia, não torna o indivíduo exatamente daquele gênero em que está situado. O gênero é uma conquista, definindo-se em um ser, a partir do momento em que não se vê no outro, sendo, pois, o gênero uma identidade psíquica. “O enunciado ‘sinto-me uma mulher’, proferido por uma mulher, ou ‘sinto-me um homem’, dito por um homem, supõe que em nenhum dos casos essa afirmação é absurdamente redundante.” (BUTLER, 2003, p. 44)

Neste sentido, evidencia-se, portanto, que o gênero é um produto da sociedade, já que se origina com os movimentos feministas contemporâneos, quando no início do século XX, as mulheres decidem lutar contra as manifestações discriminatórias e taxações globais impostas.

3.2 Gênero dos pais adotivos

Ainda existe um grande preconceito quando se trata da adoção por casais homoafetivos. Partindo desse discurso, existem muitas vertentes que acreditam que, esses casais influenciam na construção do gênero do adotado, causando-lhes danos psíquicos e sociais pela ausência de uma figura materna ou paterna, além de se sentirem envergonhados ao serem expostos em uma sociedade ainda tão preconceituosa. Porém, esse tipo de raciocínio não pode ser aceito em sua totalidade, a pensar que a estrutura familiar, até então, reúne a afetividade, o respeito e o amor como princípios básicos e que, a construção do gênero é um produto social e individual, em que o sujeito se situa onde se sente mais confortável.

Em se tratando de danos sociais, esses só existirão quando o adotado não tiver uma boa formação e se não lhes for ensinado sobre o respeito, a compreensão, a cordialidade, a aceitação e o amor, em seu mais verdadeiro sentido. Geralmente, casais que optam pela adoção, possuem esse profundo amor ao próximo, uma vez que o laço que os tornam pais, é exclusivamente afetivo. Ao mesmo passo que, podem ser vistos como exemplos de bons e evoluídos seres humanos por adotarem com o verdadeiro intuito de agregar e contribuir para o desenvolvimento do adotado. Porém, em uma sociedade preconceituosa, tudo o que se difere dos padrões, mesmo que se somem incontáveis acertos e exalem bondade, ainda sofrem com a taxação de inapropriado.

Aimberé Torres traz a seguinte proposição sobre as dificuldades de adoção por casais homoafetivos.

A ideia de família concebida por nossos legisladores e aplicadores da lei sofre de um mal crônico – a forte influência do casal imaginário, do amor cortês entre um homem e uma mulher –, a qual tem servido de fundamento para não se acolher a pretensão à paternidade socioafetiva quando requerida por entidades familiares homoafetivas. Imperioso se faz despertá-los deste romanesco sonho quixotesco, retirar-lhes o véu da indiferença e lhes apresentar não só uma nova realidade social brasileira, mas de toda a humanidade, qual seja, o fato de que a convivência de

Após tantas mudanças sociais, casais homoafetivos são cada vez mais comuns em nossa sociedade. Destaca-se que, a instituição família precisa ser embasada no perfil delimitado pela legislação, mas o amor deve ser o instrumento fundamental dessa construção. Tais casais devem ter o direito à adoção, embora a guarda ainda seja dada para apenas um constituinte do casal. No entanto, esses casais estão respaldados pela União Estável, que é uma forma de constituição familiar reconhecida pela Constituição Federal, podendo ser declarada por pessoas que tenham uma relação duradoura e manifestada publicamente, cujo objetivo seja constituir uma família. “A união estável pode ser feita por um **casal formado por parceiros do mesmo sexo**. Solicitá-la é forma de garantir que os dois tenham segurança judicial e proteção em âmbito patrimonial. ” (ORTEGA, 2017, p. 2)

4 | PAPEL DA ESCOLA

No início do séc. XIX, quando os Estados Unidos passam por grande êxodo rural e emigração, ocorre uma conseqüente urbanização e industrialização, que acarretam misturas de costumes e culturas diferentes. Com esse cenário, o estado se depara com a perda de identidade e recorre à escola que, através de práticas Tayloristas, podem difundir os costumes desejados pelo país com a intenção de atingir grande parcela de habitantes. Dessa forma o modo de vida americano consegue ser resgatado no país.

É notório que a escola atinge grande parcela da sociedade, e que os resultados do que se transmite podem ser positivos ou negativos, variando de acordo com a intenção do locutor. Diz-se ser a escola, reprodutora do modelo nuclear burguês por repetir somente a composição heteronormativa de família. A saber, quando das comemorações de dia dos pais ou das mães, as crianças que têm uma configuração familiar diferenciada, acabam se sentindo confrontadas ou excluídas, bem como, seus próprios familiares.

Pais homoafetivos ainda sentem dificuldades na hora de procurar uma escola para matricular seus filhos, pois falar da diversidade de gêneros e da concepção de famílias homoparentais não são temáticas inseridas nos Planejamentos de algumas instituições de ensino.

Escolher uma escola que esteja aberta para a diversidade acaba sendo uma jornada a ser trilhada por muitas famílias homoafetivas. Além de buscar escolas que entendam o conceito e família de modo mais amplo, essas mães e pais também precisam trabalhar o entendimento de seus filhos e filhas dentro de casa, para que possam estar empoderados/as para lidarem com possíveis preconceitos que podem vir a aparecer, tanto da parte dos/as docentes, coordenação ou colegas de classe. (JOHNSON; CONNOR, 2005 apud PALMA; STREY, 2015, p.4)

Embora o tema ainda não seja bem explorado por algumas instituições da forma que deva e mereça, os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs), que são orientações formuladas pelo Governo Federal, com o principal intuito de direcionar *os educadores* através da normatização de fatores fundamentais referentes a cada disciplina, já se dispõe sobre a asserção e traz um discurso bastante favorável contra o preconceito e a incompreensão. Andréa Oliveira, no descritivo do seu curso online, disserta sobre os PCNs no Tema Transversal Pluralidade Cultural e faz a seguinte menção.

[...] o professor deve oferecer a seus alunos, e construir junto a eles, um ambiente de *respeito e aceitação*, de interesse e de valorização. Da mesma forma, deve garantir espaço para situações específicas vividas pelo aluno em seu cotidiano fora da escola. Isso nos prova que a pluralidade é um trabalho de construção, no qual o envolvimento de todos se dá pelo respeito e pela própria constatação de que, sem o outro, nada se sabe sobre ele, a não ser o que a própria imaginação fornece. (OLIVEIRA, 2019, p. 1)

Para tanto, é na escola que se propaga valores fundamentais como, o respeito e o amor, que, se de fato estabelecidos no ambiente escolar, simplificaria a forma de se conduzir diversos temas ainda tratados como polêmicos e, inevitavelmente, os conceitos seriam melhor difundidos.

4.1 PNE e o direito à educação

Devido à grande miscigenação existente no Brasil, ainda é cultural fazer piadas com o que se diferencia de determinados padrões impostos pela massa social desde a colonização, o que gera preocupação e atenção não só por parte dos governantes, mas também, por parte da sociedade, que já pensa de forma crítica e empática.

“Os estudos de gênero contribuem para a educação na medida em que oferecem proposições políticas implicadas por relações de poder que produzem outro olhar e possibilitam inúmeras articulações entre masculinidade e feminilidade”. (TEIXEIRA; MAGNABOSCO, 2011)

No ambiente escolar, todo e qualquer aspecto contribui na delimitação das diferenças de gêneros. Guacira Louro (2007) acentua que nossa própria linguagem esconde o feminino. Afirma ainda, que os livros escolares sempre demarcam diferenças entre homens e mulheres e que as ilustrações sempre sugerem o homem como provedor do sustento.

A própria arquitetura das escolas inspira essa diferença. Os banheiros femininos, por exemplo, possuem uma espécie de baia para que as meninas tenham mais privacidade ao se trocarem, enquanto os banheiros masculinos são abertos; deixando subentendido que pudor esteja interligado ao sexo feminino.

Tanto as escolas, quanto as famílias, ainda carregam preconceito acerca do comportamento sobre o “ser menino” e o “ser menina”. Louro usa o termo “corpo

escolarizado”, ressaltando que é uma postura social. A sociedade, bem como a escola, disciplina os corpos para se portarem diante de determinadas situações.

Em 2014, o Plano Nacional da Educação (PNE) é aprovado pela Lei nº 13.005/2014 e estabelece um prazo com vigência até 2024. Ele tem por intuito nortear o campo educacional e, dentro desses 10 anos, alcançar as 20 metas e diretrizes elaboradas.

Atendendo ao especificado no art. 214 da Constituição Federal, a Lei nº 13.005/2014, dispõe sobre as diretrizes do PNE em seu Art. 2º em sua X diretriz prevê a “promoção dos princípios do respeito aos direitos humanos, à diversidade e à sustentabilidade socioambiental”. (BRASIL, 2014, p.1)

O referido documento é de cunho Federal e com respaldo na décima diretriz, o respeito aos direitos humanos e à diversidade são iniciativas a serem abordadas também pelas escolas; essa assertiva é uma meta a ser cumprida.

5 | ROTEIRO DE TRABALHO: SAINDO DA ZONA DE CONFORTO

Trabalhar com o que distingue dos padrões pré-estabelecidos, implica na exploração de novas Pedagogias e formas de pensar, devendo-se atentar para a forma pela qual se constrói as relações de gênero e sexualidade nas escolas. O que, automaticamente, já se trata com naturalidade, precisa ser olhado mais de perto e atentamente, desenvolvendo harmonia e cordialidade às situações distintas.

Precisamos problematizar aquilo que cotidianamente percebemos como natural e harmônico, bem como trabalhar realidades que até agora foram silenciadas na escola, como os corpos dos sujeitos envolvidos no processo de ensino-aprendizagem, sua sexualidade, seus desejos e sentimentos. (TEIXEIRA; MAGNABOSCO, 2011, p. 45)

Cintia Maria Teixeira e Maria Madalena Magnabosco sugerem o trabalho com música, teatro, rodas de conversa, fazendo uso da criatividade e de metodologias ativas para dar exemplos de como desenvolver esse trabalho.

As autoras ainda salientam que, não se deve restringir apenas às significações do livro; recomendam que se explore mais os textos e o próprio caderno e, que se crie suas próprias reflexões. Propõem também, a criação de um portfólio com as principais ideias e conceitos agregados.

Nesse sentido, fazer exercício de autoconhecimento é muito importante para a formação pessoal e para se refletir a respeito dos conceitos de gênero, o que gera um enquadramento no discurso do que somos construídos e construímos nossa pedagogia de vida, cabendo assim, a análise crítica de nossa história e a mudança de concepções.

6 | CONCLUSÃO

A Constituição Federal é um documento, em tese antigo. Considerada a lei máxima do país, prevê que família é uma instituição constituída por homem e mulher, portanto, sendo classificada como a base da sociedade e merecedora de proteção do estado.

Dentre alguns modelos de família, surge a homoafetiva, que já tem respaldo legal através da União Estável, que pode ser declarada entre duas pessoas do mesmo sexo, desde que comprovada a cordialidade e o tempo de sua convivência.

A possibilidade de União Estável se faz necessária para amparar, juridicamente, aos casais, que por algum motivo, não conseguem oficializar a união, mediante o regime de casamento civil, perante a lei máxima.

Em paralelo, o conceito de família e sua composição se reconstruem ao longo dos anos. A História mostra o surgimento dos primeiros movimentos feministas, que acarretam a visibilidade e discussão da identidade de gênero. Com a sua evolução até os dias atuais, não se determina o sexo do nascimento como sendo a opção sexual do ser, ressalta-se que vários fatores, tanto internos quanto externos, influenciam na construção da identidade, chegando à assertiva de que o gênero é uma construção social.

Mesmo com as grandes evoluções, esse campo ainda sofre de um mal arcaico: o preconceito.

Quando se fala em adoção, os casais homoafetivos ainda encontram dificuldades. O ECA preza pela garantia de direitos aos adotados e em nenhum momento menciona o gênero dos pais adotivos como um fator relevante e de impedimento à adoção. Muitos ainda acreditam que a opção sexual dos pais influencia na escolha dos filhos e, por isso, parte da população que alimenta esse preconceito, ainda não é favorável a esse ato de amor.

Em síntese, sabendo que o país é miscigenado, a diversidade cultural consequentemente é grande. Lidar com situações e pessoas diferentes não é simples. Conseguir conviver e aceitar o outro é um exercício diário de empatia, tornando-se necessário, o ensinamento sobre o respeito ao próximo desde o início da vida. Esperando-se, assim, que a escola possa ser uma grande propagadora da cultura do respeito para que cada indivíduo seja capaz de lidar com as diferenças e respeitá-las, o que diminuirá atitudes preconceituosas na sociedade.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Estatuto da Criança e do Adolescente**: Lei 8069/90. 1990. Disponível em: <<https://www.jusbrasil.com.br/topicos/10615666/artigo-43-da-lei-n-8069-de-13-de-julho-de-1990>>. Acesso em: 02 mar. 2019.

BRASIL. **Aprova o Plano Nacional de Educação - PNE e dá outras providências**. 2014. Disponível em: <<https://prespublica.jusbrasil.com.br/legislacao/125099097/lei-13005-14>>. Acesso em: 02 maio

2019.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil (1988)**. Promulgada em 05 de outubro de 1988. Brasília: Senado Federal, 2015. Disponível em: <https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/508200/CF88_EC85.pdf>. Acesso em: 26 out. 2017.

BRASIL. **PCN - Parâmetros Curriculares Nacionais: Tema Transversal Pluralidade Cultural**. 2018.

BUTLER, Judith. **Problemas de Gênero: feminismo e subversão da identidade**. Tradução Renato Aguiar. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. p. 7-49.

CATEGORIA: adoção. 2019. Disponível em: <<https://www.eusemfronteiras.com.br/categoria/convivendo/adocao/>>. Acesso em: 13 jun. 2019.

LIMA, Erika Cordeiro de Albuquerque dos Santos Silva. Entidades familiares: uma análise da evolução do conceito de família no Brasil na doutrina e na jurisprudência. **Revista Jus Navigandi**, Teresina, ano 23, n. 5383, 28 mar. 2018. Disponível em: <<https://jus.com.br/artigos/64933>>. Acesso em: 3 jul. 2019.

LOURO, Guacira Lopes. **Escolarização do sujeito: práticas escolares que reproduzem as relações de gênero**. 2007. Nós da Educação. Suyanne Tolentino. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=BC99yElvUqs>>. Acesso em: 26 jun. 2019

OLIVEIRA, Andrea. **950 Cursos de Capacitação Profissional a distância: Cursos CTP e Cursos Online**. 2019. Disponível em: <<https://www.cpt.com.br/pcn/parametros-curriculares-nacionais-tema-transversal-pluralidade-cultural>>. Acesso em: 24 abr. 2019

ORTEGA, Flavio Teixeira. **União estável: conceito, jurisprudência e direitos e deveres**. 2017. Disponível em: <<https://draflaviaortega.jusbrasil.com.br/noticias/496204268/uniao-estavel-conceito-jurisprudencia-e-direitos-e-deveres>>. Acesso em: 08 abr. 2019.

PALMA, Yáskara Arrial; STREY, Marlene Neves. A relação família e escola: a diversidade familiar compoendo o contexto escolar. **Revista de Psicologia**, Santiago/Chile, v. 24, n. 1, p. 1-17, 2015. Disponível em :<<http://www.redalyc.org/pdf/264/26441024004.pdf>>. Acesso em: 01 maio 2018.

RICCI, Camila Augustino Scarlatt. **Adoção homoafetiva: inexistência de impedimentos legais**. 2014. Disponível em: <<https://www.direitonet.com.br/artigos/exibir/8697/Adocao-homoafetiva-inexistencia-de-impedimentos-legais>>. Acesso em: 02 mar. 2019.

TEIXEIRA, Cíntia Maria; MAGNABOSCO, Maria Madalena. **Gênero e diversidade: formação de educadoras/es**. [S.l.]: Autêntica, 2011. (Cadernos da diversidade)

ÍNDICE REMISSIVO

A

Artesanato 308, 309, 310, 311, 312, 317, 318, 319

Avicena 210, 211, 212, 213, 214, 215, 216, 217, 218, 219, 220

B

Bem-estar 170, 171, 172, 176, 178, 182, 183, 222, 290, 292, 293, 294, 295, 296, 297, 298, 299, 300, 301, 302, 303, 304, 305, 306

Big data 190, 191, 192, 193, 194, 195, 196

C

Coleta de dados 33, 129, 146, 148, 282, 283, 284, 285, 286, 287, 288, 289

Competitiveness 190

Conflitos emocionais 33, 36, 37, 43

D

Desenvolvimento sustentável 242, 243, 244

Design 57, 58, 59, 62, 241, 290, 291, 292, 298, 305, 306, 318

Didática 13, 14, 16, 19, 129, 203

Direito e Arte 230

Disposições sociais 157, 162, 163

E

Educação do campo 261, 267, 268, 273

Ensino de ciências 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 155, 272, 273

Ensino técnico integrado 82, 94

Entrevista 4, 12, 37, 65, 71, 72, 73, 78, 86, 87, 102, 113, 197, 208, 226, 246, 282, 283, 284, 285, 286, 287, 288

Envelhecimento 157, 158, 159, 160, 161, 162, 163, 164, 165, 166, 167, 168, 169

Ergonomia 57, 58, 59, 62

Estética da recepção 4, 5, 52

Estrutura familiar 72, 73, 79, 117, 121

F

Famílias homoafetivas 117, 118, 122

Felicidade 181, 290, 292, 293, 294, 295, 296, 297, 298, 299, 300, 301, 303, 304, 305, 306, 307

Filosofia árabe 210

Formação do leitor 45, 46, 47, 55

Fracasso escolar 66, 67, 69, 72, 80, 86, 93, 94, 95, 106, 108, 109, 110, 111, 116, 262

G

Gêneros digitais 96, 98, 99, 101, 103, 104

Geometria espacial 146, 147, 154, 155

H

Hanseníase 221, 222, 223, 224, 225, 226, 227, 228, 229

História de vida 249, 250, 257, 258, 259, 260, 285, 286

L

Letramento 45, 46, 48, 49, 50, 51, 52, 53, 55, 56, 96, 97, 98, 99, 100, 101, 102, 103, 104

Letramento digital 96, 98, 99, 100, 101, 102, 103, 104

M

Momentos pedagógicos 146, 148, 154

Motivação 54, 73, 78, 79, 89, 92, 109, 127, 177, 178, 265, 270

Música 7, 10, 18, 33, 34, 35, 36, 37, 40, 42, 43, 44, 124, 254, 255

O

Observação relacional 197, 199, 200, 201, 202, 203, 204, 205, 206, 207, 208

P

Plano de Conteúdo (PC) 133

Plano de Expressão (PE) 133

R

Rejeição 221

Rendimento escolar 76, 106, 108, 109, 111, 112, 113, 114, 115

S

Superação 66, 84, 127, 128, 129, 131, 178

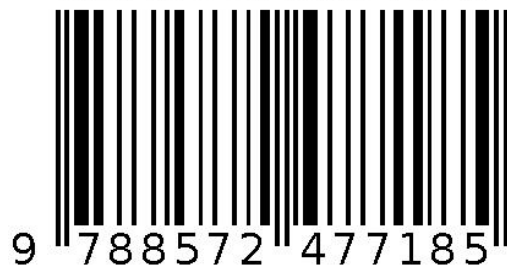
T

Técnica inovadora 22, 23

Terapia Assistida por Animais (TAA) 170, 172, 184, 186, 187, 188

Tratamento intensivo 22, 23, 25, 30

Agência Brasileira do ISBN
ISBN 978-85-7247-718-5



9 788572 477185